

Vitória da FNP: aprovado prazo para renegociação de dívidas com União

Paulo Negreiros / FNP



Dívidas foram pauta do encontro dos prefeitos no Congresso Nacional dia 17 de junho

A proposta que permite a aplicação da renegociação do índice de correção das dívidas municipais e estaduais com a União, independentemente de regulamentação foi aprovada no dia 30 de junho, na Câmara dos Deputados. Por 461 votos a 7, foram aprovadas duas emendas do Senado ao Projeto de Lei Complementar 37/15. O texto segue para sanção presidencial. [Pág. 5](#)

Congresso

Dezenove demandas municipais foram apresentadas aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no dia 17 de junho. A necessidade de revisão do pacto federativo permanece como demanda importante da FNP, reforçada pelos itens apresentados pelos mais de 40 prefeitos da diretoria que participaram da reunião, no Salão Negro do Congresso Nacional. [Págs. 4 e 5](#)

Internacional

O primeiro projeto de cooperação descentralizada Brasil-Moçambique, finalizou em junho. A parceria promoveu, durante dois anos e meio, a melhoria da gestão do desenvolvimento local sob a ótica de boa governança, sustentabilidade e participação. [Pág. 8](#)

ITR

O prefeito de Uruguaiana (RS), Luiz Augusto Schneider, é o representante da FNP no Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR). Em 2014, a União transferiu cerca de R\$ 763 milhões aos municípios para a fiscalização e cobrança do ITR. [Pág. 7](#)

Desenvolvimento Econômico

Encontro de secretários municipais reúne cerca de 200 representantes de municípios gaúchos em Passo Fundo (RS). O evento debateu as diretrizes do tema no estado. [Pág. 7](#)

Temer recebe prefeitos da FNP

Dentro da proposta de aprimoramento do diálogo federativo e para entregar os documentos apresentados ao Congresso Nacional, os prefeitos da FNP estiveram reunidos com o vice-presidente da República, Michel Temer, e os ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Eliseu Padilha, da Aviação Civil. O encontro ocorreu no dia 17 de junho, em Brasília. [Pág. 4](#)

FNP terá audiência com o Papa

A convite do Vaticano, a FNP participará, nos dias 21 e 22 de julho, do Workshop "Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades" e do Simpósio "Cidades e o Desenvolvimento Sustentável". A viagem da delegação brasileira está sendo organizada pela parceria entre a FNP e o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade. [Pág. 3](#)



Prefeitos de todo o mundo foram convidados para eventos em Roma

Vaticano - Divulgação

RESERVE SUA AGENDA

68ª REUNIÃO GERAL DA FNP
1 a 3 de outubro de 2015 • Belo Horizonte (MG)

EDITORIAL

Nasce um jornal

Na edição 80, a publicação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) muda seu projeto gráfico. Resultado de um estudo criterioso sobre o papel que representa como fonte de informação para as administrações municipais de todo o país, o novo Jornal da FNP traz grandes diferenças em relação ao informativo.

Passando do formato tablete para o tablóide, o Jornal ganhou mais espaço para textos e fotos. Utilizando papel jornal, a FNP reafirma seu compromisso com a sustentabilidade.

Com a mudança de formato, o novo projeto gráfico contempla alguns espaços fixos. A partir de agora, o leitor vai encontrar rotineiramente matérias sobre prêmios, experiências exitosas das administrações municipais e editoriais como internacional, g100, além de uma agenda atualizada com eventos e reuniões nacionais e internacionais de interesse das cidades brasileiras.

Nova configuração, a FNP abre um espaço fixo para a coluna No Congresso, que tratará mensalmente dos projetos de interesse dos municípios que tramitam no legislativo federal. O tema do desenvolvimento econômico também tem espaço garantido na preparação e avaliação do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), uma parceria da FNP com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). As ações dos fóruns de secretários municipais e os convênios que a FNP tem com diversas instituições nacionais e estrangeiras, visando à melhoria de serviços públicos e as vidas nas cidades também estarão registradas no Jornal.

Com no mínimo oito páginas, o Jornal da FNP continuará sendo impresso mensalmente e a cores, mas as mudanças são transformadoras. Saindo de informativo, a publicação ganha em credibilidade, com a ampliação dos espaços para as fotos e redação dos textos e, ainda, agilidade de impressão. Com isso, o leitor terá nas mãos um jornal com 79 edições de história, mas muito mais atualizado e com informações mais completas sobre os temas da pauta municipalista.

Boa leitura!

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri e Rodrigo Eneas. Projeto gráfico: Mariana Henrique Mariano. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 3/7/2015.

Inscrições abertas para Prefeito Empreendedor

Lançado durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), o prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor está na nona edição. Iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apresenta a partir desse ano novas categorias. As inscrições para o prêmio são divulgadas pelas uni-

dades do Sebrae de cada estado. Cada município poderá inscrever até dois projetos na premiação, sendo um em cada uma das seguintes categorias: Melhor Projeto; Implementação e Institucionalização da Lei Geral; Compras Governamentais de Pequenos Negócios; Desburocratização e Formalização; Pequenos Negócios

no Campo; Inovação e Sustentabilidade; Municípios Integrantes do g100; e Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária. Saiba mais em: www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br ■



Aparecida de Goiânia é reconhecida por boa gestão

Administração de Aparecida de Goiânia (GO) é a primeira entre as prefeituras de Goiás e a 21ª do Brasil no Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro de Gestão Fiscal (IFGF). O estudo divulgado recentemente avalia a gestão fiscal dos municípios brasileiros.

Esta é a melhor posição alcançada por Aparecida desde que o estudo começou a ser realizado em 2006. O Índice Firjan de Gestão Fis-

cal (IFGF) tem cinco componentes: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida. Cada componente é avaliado e recebe uma nota de 0 a 1, quanto maior a pontuação, melhor a saúde financeira do município no IFGF. A partir da nota, os municípios são classificados em quatro conceitos - gestão de excelência, boa gestão, gestão em dificuldade e gestão crítica.

Para entender a evolução da

gestão fiscal em Aparecida, em 2008, o município ocupava a 63ª posição no ranking estadual e a 1918ª no ranking nacional. Em 2009 a posição do ranking nacional passou para 302 e a primeira no ranking estadual. Outro indicador que também recebeu a maior nota foi a liquidez, que verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo ■



AGENDA

Data	Evento	Local	Informações
7 a 8 de julho	PPPs em Grandes Obras de Infraestrutura - Processo de construção, implantação e desafios	Brasília (DF)	events.iadb.org
13 a 16 de Julho	3ª Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento do Desenvolvimento	Adis Abeba (Etiópia)	www.un.org
15 de Julho	Reunião da FNP com os presidentes de Fóruns e Redes de Secretários	Brasília (DF)	www.fnp.org.br
15 e 16 de julho	XVI Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL - FCCR	Brasília (DF)	www.fnp.org.br
21 de julho	Workshop "Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades"	Roma (Itália)	www.fnp.org.br
22 de julho	Simpósio "Cidades e o Desenvolvimento Sustentável"	Roma (Itália)	www.fnp.org.br
29 e 30 de julho	4º Seminário de Gestão Pública Fazendária	Ribeirão Preto (SP)	www.ribeiraopreto.sp.gov.br
30 e 31 de julho	Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana / Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP	Ribeirão Preto (SP)	www.antp.org.br
6 a 8 de agosto	31º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde	Brasília (DF)	www.conasems.org.br
13 e 14 de agosto	3º Colóquio Sul-Americano sobre Cidades Metropolitanas (MSUR)	Quito (Equador)	www.fnp.org.br
1 a 3 de Outubro	68ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos	Belo Horizonte (MG)	www.fnp.org.br
13 a 16 de Outubro	III Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local Turim (delegação de prefeitos brasileiros presentes)	Turim (Itália)	www.fnp.org.br
17 a 19 de Novembro	Smart City Expo World Congress	Barcelona (Espanha)	www.smartcityexpo.com



Líderes locais do mundo todo estarão em Roma nos dias 21 e 22 de julho

Papa convida prefeitos da FNP para audiência no Vaticano

Agenda vai debater o papel das cidades no desenvolvimento sustentável

A FNP participará, nos dias 21 e 22 de julho, do Workshop "Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: O Compromisso das Cidades" e do Simpósio "Cidades e o Desenvolvimento Sustentável". Os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da entidade; de São Paulo (SP), Fernando Haddad, vice-presidente; de Porto Alegre (RS), José Fortunati, vice-presidente de Relações

Institucionais; do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional; de Salvador (BA), ACM Neto, 2º secretário da FNP; de Curitiba (PR), Gustavo Fruet, vice-presidente de Urbanismo e Lcenciamento e de Goiânia (GO), Paulo Garcia, vice presidente estadual, foram convidados pelo Vaticano para participar dos eventos em Roma (Itália). A viagem da delegação brasileira está sendo organizada pela parceria entre

a FNP e o ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade.

Os prefeitos de Nova Iorque, Paris, Bogotá, Quito, Buenos Aires e Copenhague também estão entre os convidados para a agenda com o papa Francisco, que acontecerá no dia 21. Segundo o Vaticano, o workshop pretende aumentar a consciência a respeito de duas emergências globais, a escravidão moderna (incluindo tráfico de seres humanos) e as mudanças

Encíclica Verde

Os eventos dão continuidade ao posicionamento do pontífice em relação às questões da sustentabilidade. Na encíclica lançada no dia 18 de junho, o papa defendeu ações imediatas em atenção ao meio ambiente, abordando questões como o aquecimento global e o atual modelo econômico. A carta é a primeira dedicada ao tema e já é considerada revolucionária por exi-

climáticas, nas quais os governos municipais devem desempenhar um papel ativo. O encontro será realizado na Casina Pio IV, sede das Pontifícias Academias de Ciência, em Roma, Itália.

O Simpósio irá considerar maneiras para as cidades abraçarem e implementarem a nova agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - do desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Além do compartilhamento de experiências com os líderes mundiais, ambientalistas e especialistas em planejamento urbano, os representantes da FNP pretendem entregar ao papa Francisco documento com conclusões das discussões promovidas no III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), realizado em Brasília (DF), em abril.



gir dos líderes globais uma postura urgente para salvar o planeta e por questionar a ação humana na busca pelo desenvolvimento.

O reconhecimento da importância da gestão no âmbito local também se destaca com muita ênfase no documento. "Não se pode pensar em receitas uniformes, porque há problemas e limites específicos de cada país ou região [...]. Ao mesmo tempo, porém, a nível nacional e local, há sempre muito que fazer, como, por exemplo, promover formas de poupança energética [...]. Além disso, a ação política local pode orientar-se para a alteração do consumo, o desenvolvimento duma economia de resíduos e reciclagem, a proteção de determinadas espécies e a programação duma agricultura diversificada com a rotação de culturas", afirma o texto da encíclica ■

Secretários municipais avaliam III EMDS em Brasília



Representantes das cidades-sedes das reuniões preparatórias participaram do encontro

Análise da terceira edição e encaminhamentos para o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) foram pautas de reunião com representantes dos municípios que sediaram os encontros preparatórios para o III EMDS, realizado em abril deste ano. A reu-

nião ocorreu nesta segunda-feira (29), na sede da FNP, em Brasília (DF), fechando o ciclo de avaliações do evento.

Entre os pontos destacados sobre as reuniões preparatórias, está a possibilidade de construir programações mais detalhadas e aliar outros propósitos às agendas

pré-EMDS. "Temos muitas coisas para discutir regionalmente e isso pode alavancar as reuniões para o próximo EMDS", afirmou o secretário da Fazenda de Ribeirão Preto (SP), Sérgio Nalini.

Contribuíram, ainda, com a avaliação, o secretário de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho de Araçatuba (SP), Carlos Antonio Farias de Souza, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Valparaíso de Goiás (GO), Erasmo Cardoso dos Santos, o secretário de Governo e Integração Institucional de Aparecida de Goiânia (GO), Euler de Moraes, o Secretário de Fazenda e Desenvolvimento Econômico de Três Rios (RJ), Anderson Marques Assumpção; o secretário Executivo de Ipatinga (MG), Gustavo Finocchio Lima; e o secretário de Gestão Estratégica, Ciência e Tecnologia, Vitorino Alves da Silva. ■



Internacionalização do EMDS

Com a consolidação do EMDS, a FNP e o Sebrae estão trabalhando para internacionalizar o evento. A proposta, ainda em construção, é trazer o Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local, que neste ano será realizado, em outubro, em Turim, na Itália, para ocorrer junto ao IV EMDS, em 2017.

Em reunião em Porto Alegre (RS), o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, e o secretário para Políticas de Meio Ambiente, Políticas para a Energia, Desenvolvimento Tecnológico, Qualidade do Ar e Higiene Urbana da cidade de Turim, na Itália, Enzo Lavolta, conversaram sobre o assunto.

No Congresso

Despesas x Receitas

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 172/2012) estabelece que a lei não determine qualquer encargo ou a prestação de serviços aos Estados, Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. A matéria tramita na Câmara dos Deputados e aguarda a instalação de Comissão Especial para apreciação.

Judicialização

Criado para instituir processo especial para o controle e intervenção em políticas públicas pelo Poder Judiciário (judicialização), o Projeto de Lei 8058/2014 segue em tramitação na Câmara. O deputado Paulo Teixeira, a pedido da FNP, apresentou requerimento para realização de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Conselho de Gestão Fiscal



A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi pauta de audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, realizada dia 18 de junho. Na ocasião, o vice-presidente para assuntos de Gestão Pública da FNP e prefeito de Divinópolis (MG), Vladimir Azevedo, defendeu a implantação do Conselho de Gestão Fiscal como forma de melhorar o diálogo federativo.

Pacto Federativo

A Coordenação de Finanças Municipais da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo debateu com a FNP e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), no Senado Federal, dia 9 de junho, questões relativas ao pacto federativo. O encontro, organizado pela senadora Ana Amélia Lemos, contou com a participação dos senadores Simone Tebet, Marta Suplicy e Lasier Martins.

Desoneração do transporte

O Projeto de Lei 863/2015 foi aprovado, no dia 25 de junho, na Câmara e seguiu para tramitação no Senado. A proposição altera de 2% para 3% a alíquota do setor de transporte, 1,5 ponto percentual a menos que a proposta inicial do PL, encaminhado pelo Executivo.

Resíduos Sólidos

O projeto, que prevê a prorrogação do prazo para adaptação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) com a implantação de aterros sanitários, foi provado pelo Senado no dia 1º de julho e vai beneficiar quase três mil municípios brasileiros e o Distrito Federal.



Mais de 40 prefeitos da FNP participaram da audiência no Salão Negro

FNP apresenta demandas municipalistas no Congresso

Prefeitos defendem novo modelo de pacto federativo e reafirmam a urgência de aprimorar o diálogo com os estados e a União

A necessidade de revisão do pacto federativo, especificada em 19 demandas municipalistas, foi apresentada no dia 17 de junho pelos prefeitos e prefeitas filiados à FNP aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. O encontro foi realizado no Salão Negro do Congresso Nacional e reuniu mais de 40 prefeitos da entidade, entre eles 16 de capitais, além de deputados e senadores.

Marcada pelo tom propositivo, a reunião foi um importante momento de diálogo e debate de questões diretamente ligadas à vida nas cidades. Sobre a participação maciça dos prefeitos, o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, ressaltou a representatividade da entidade. “Nesta reunião, a FNP representa um em cada quatro brasileiros, e um em cada três reais do Produto Interno Bruto (PIB) nacional”, disse. Os números que evidenciam a urgência das demandas apresentadas pelos governantes locais também foram destacados por Lacerda. “De 2000 a 2013, a fatia das receitas totais do país destinada aos municípios cresceu o,5 ponto percentual, enquanto a parcela

das despesas subiu quase 6 pontos percentuais”, afirmou o presidente da FNP.

Na abertura da reunião com os prefeitos, o presidente Renan Calheiros reconheceu que municípios e estados sofreram, até agora, o maior peso do ajuste fiscal. Em sua saudação, Calheiros declarou a necessidade de estabelecer um papel mais adequado para os municípios sob todos os as-

Além do g100, outras pautas municipalistas, ganharam destaque na reunião

pectos. “É preciso ouvir as demandas desses entes federados para dar a eles condições de cumprirem com suas obrigações. E hoje esse é o nosso papel, o de ouvir. É fundamental que o Congresso Nacional assuma o protagonismo em busca de um novo desenho da Federação. Nesse novo desenho, com um novo papel para os municípios, são os prefeitos que devem apontar esse caminho”, concluiu.

Para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o momento é propício para discutir o pacto federativo. O deputado ressaltou que é imperioso trabalhar para solucionar os problemas mais graves enfrentados pelos municípios e escalonar as necessidades por ordem de prioridade. “A PEC 172/2012, que proíbe a criação de obrigações para os entes federados sem a indicação da fonte dos recursos necessários, deve ser votada na Câmara ainda no primeiro semestre”, assegurou Cunha.

Como prioridade, o vice-presidente da FNP para assuntos do g100 e prefeito de Carapicuíba (SP), Sérgio Ribeiro, chamou a atenção para o g100 - grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica. Segundo o prefeito, o Legislativo precisa olhar para esses municípios com atenção. “Precisaríamos de 102 anos para que esses municípios tivessem a mesma condição da média nacional. É por isso que esses municípios precisam fazer parte da agenda nacional, para que se possa corrigir essa grande distorção”, revelou.

Ainda ilustrando as contradições e iniquidades federativas que os mu-

nicipios do g100 vêm enfrentando, o prefeito Sérgio Ribeiro destacou outros dados relevantes. “Quando nós estamos discutindo propostas de reforma do Pacto Federativo brasileiro, mais importante que a repartição de recursos é que essa repartição não possa perpetuar desigualdades que foram se ampliando ao longo dos últimos anos. O grande exemplo disso são os critérios de repartição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Criado com o atual conceito, no ano de 1965, foi sendo modificado ao longo dos anos e criou uma situação como a atual, em que uma cidade como a de Borá, no estado de São Paulo, recebe R\$2.786 de FPM per capita e

a cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, recebe R\$53. Então, o FPM, que foi um fundo constituído para a equalização das diferenças regionais, tem servido para ampliá-las, ao contrário da sua ideia original”, explicou.

Além do g100, outras pautas municipalistas, apresentadas pelos prefeitos da FNP, ganharam destaque na reunião, como o pagamento de precatórios e o aprimoramento do diálogo entre os entes federados. Como resposta, os presidentes do Senado e da Câmara assumiram o compromisso de acelerar a votação das matérias que tratam da revisão do pacto federativo ■

Prefeitos se reúnem com Temer

Na sequência da agenda no Congresso Nacional, no dia 17 de junho, prefeitos da FNP se encontraram com o vice-presidente da República, Michel Temer, e os ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Eliseu Padilha, da Aviação Civil.

Temer saudou a reunião no Congresso Nacional, nos mesmos moldes da realizada com os governadores dos estados brasileiros. “Muito boa essa iniciativa de debater a revisão do Pacto Federativo”, disse. O vice-presidente reafirmou, ainda, a importância de estreitar o diálogo entre União e os municí-

pios. “Temos que transformar esses encontros em rotina”, completou.

Para o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), a pauta da FNP não traz impacto ao pacote de ajuste fiscal do governo e por isso, pode ser contemplada com mais celeridade. “São medidas que estão na pauta dos prefeitos, mas que não mexem nos cofres da União”, afirmou, destacando a revisão da legislação do ISS (Imposto sobre Serviços), que disse. O vice-presidente reafirmou, ainda, a importância de estreitar o diálogo entre União e os municí-

Confira todos os pontos:

1. Aprimoramento do diálogo entre os municípios, estados e União
2. Tratamento diferenciado para o g100
3. Regulamentação da judicialização das Políticas Públicas
4. Novas regras para pagamento de precatórios
5. Possibilidade às entidades municipalistas nacionais de propor ações de inconstitucionalidade
6. Mudança no indexador das dívidas dos estados e municípios com a União
7. Incentivos para o transporte coletivo urbano
8. Redistribuição de recursos entre os entes federados
9. Modernização do Imposto Sobre Serviços (ISS)
10. Proibição de instituição de novos encargos sem a previsão de recursos para custeá-los
11. Modernização do IPTU
12. Encontro de contas das dívidas previdenciárias
13. Revisão dos critérios de partilha do ICMS
14. Reequilíbrio das responsabilidades federativas no transporte escolar
15. Desburocratização para os consórcios públicos
16. Subfinanciamento da Saúde
17. Emendas parlamentares para o FMP e o FPE
18. Não oneração do setor de transporte
19. Compartilhamento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide)

Congresso aprova aplicação da renegociação das dívidas



Vitória da FNP: União terá até 31 de janeiro de 2016 para assinar aditivos contratuais

Pauta antiga da FNP, a renegociação das dívidas dos municípios com a União avançou no plenário da Câmara dos Deputados. Aprovada no dia 30 de junho, a proposta permite a aplicação da renegociação do índice de correção das dívidas municipais e estaduais com a União, independentemente de regulamentação. Por 461 votos a 7, foram aprovadas duas emendas do Senado ao Projeto de Lei Complementar 37/15, do deputado Leonardo Picciani. O texto segue agora para sanção presidencial.

A aprovação da proposta representa uma importante vitória da FNP para 180 municípios brasileiros que enfrentam o cenário de pagar parcelas sem ver o saldo devedor diminuir. De acordo com uma das emendas ao projeto, a União terá até o dia 31 de janeiro de 2016 para assinar com os municípios os aditivos contratuais, mesmo que ainda não haja regulamentação. Após esse prazo, o devedor poderá recolher o montante devido com a aplicação do novo indexador.

A Câmara ratificou ainda as al-

terações do texto feitas pelo Senado Federal que autorizam Estados e municípios acessarem 70% do valor dos depósitos de processos judiciais e administrativos. Esses recursos poderão ser aplicados e prioritariamente no pagamento de precatórios judiciais. Restando saldo os recursos poderiam ser aplicados exclusivamente, e pela

180 municípios brasileiros enfrentam o cenário de pagar parcelas sem ver o saldo devedor diminuir

ordem, no pagamento de dívida fundada, na realização de investimentos ou para o equilíbrio da previdência própria. Além disso, os estados e municípios poderão utilizar até 10% da parcela transferida para constituição de Fundo Garantidor de PPPs (Parceria Público-Privadas) ou de outros

mecanismos de garantia previstos em lei, dedicados exclusivamente a investimentos de infraestrutura.

Para o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, a aprovação da proposta representa uma alternativa de melhoria financeira para as cidades. “Essa é uma pauta muito importante. Trabalhamos muito pela justiça na renegociação dessas dívidas. Esse avanço vai permitir que muitos municípios reequilibrem suas finanças. É uma medida que vai ao encontro do desejável equilíbrio fiscal e do equilíbrio federativo”, comemorou.

“A aprovação do novo indexador para base de cálculo da dívida de estados e municípios pela Câmara faz cumprir uma lei já aprovada e sancionada pelo governo. O Rio de Janeiro está confiante de que a presidenta Dilma Rousseff vai manter o texto sem veto. Sempre soube que poderíamos chegar a um entendimento”, disse o vice-presidente da FNP de Relações com o Congresso Nacional e prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes ■

Prefeitos participam do Congresso da ANTP



Cerimônia oficial de abertura reúne autoridades em Santos (SP)

Com objetivo de discutir os desafios da mobilidade urbana, a Agência Nacional dos Transportes Públicos (ANTP) realizou o 20º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, na cidade de Santos (SP), entre os dias 23 e 25 de junho. O vice-presidente para assuntos de Mobilidade Urbana da FNP e prefeito de Sorocaba (SP), Antonio Pannunzio representou a FNP na solenidade de abertura que também contou com a participação do vice-presidente para assuntos das Regiões Metropolitanas da FNP e prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizette e do vice-presidente para assuntos das Cidades Portuárias da

FNP e prefeito de Santos (SP), Paulo Alexandre.

Para Antonio Carlos Pannunzio, a mobilidade urbana é uma temática importantíssima a ser discutida pelos municípios. “O bem-estar de uma população passa necessariamente pela mobilidade dos cidadãos, por isso a importância do 20º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito.”

Donizette afirmou que o encontro é muito importante para discutir propostas e soluções para melhorar o trânsito nas grandes cidades, além de uma legislação federal que seja adequada para garantir mais recursos para o transporte. “Foi,

também, uma oportunidade de reafirmar nosso projeto de implantação do BRT (Bus Rapid Transit)”, completou.

O Congresso ofereceu 39 sessões temáticas, conduzidas por 140 palestrantes e moderadores, que colocaram em discussão os problemas e soluções desde os pedestres até os transportes coletivos de massa. Foram abordados temas como o das bicicletas, das novas tecnologias de transporte, dos sistemas de comunicação que vêm ampliando as possibilidades de uma mobilidade urbana mais inteligente, dos aspectos ambientais, financiamento e tarifas, da complexidade da gestão metropolitana, das microrrevoluções urbanas e ainda dos movimentos sociais.

Paralelo ao Congresso ocorreu a IX Exposição Internacional de Transporte e Trânsito, uma exposição para divulgação e promoção de produtos e serviços direcionados ao setor. Também participaram da solenidade de abertura autoridades como o governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, bem como especialistas em trânsito e transporte, deputados, gestores públicos, secretários entre outros ■

Assembleia nacional elege novo presidente da Anamma

O secretário municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas (SP), Rogério Menezes, foi eleito o novo presidente nacional da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) para o biênio 2016/2017. A eleição ocorreu durante o 24º Encontro e a Assembleia Nacional da Anamma, que ocorreu de 23 a 25 de junho, em Campinas (SP). A abertura do evento, que discutiu a gestão ambiental nos municípios, teve a participação do

prefeito anfitrião e vice-presidente para assuntos das Regiões Metropolitanas da FNP, Jonas Donizette.

De acordo com o novo presidente da Anamma, Rogério Menezes, “a expectativa é a de ser porta-voz do movimento pelo fortalecimento dos sistemas municipais de meio ambiente-SISMUMAS. Que os secretários e demais gestores municipais de órgãos ambientais sintam-se representados, dos menores aos maiores municípios, que têm realidades muito diferentes”, disse ■



Pref. Campinas - Divulgação

Boas práticas das capitais brasileiras são apresentadas durante Fórum

O Fórum das Capitais Brasileiras para o Meio Ambiente (CB27) realizou o 6º Encontro Nacional do Fórum, em Natal (RN), nos dias 1, 2 e 3 de julho. O encontro serviu para compartilhar e consolidar práticas de boa governança entre os secretários municipais de meio ambiente com iniciativas empregadas nas capitais brasileiras. O CB27 tem como coordenador-geral, o vice-prefeito e secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte (MG), Délio Malheiros.

FNP sugere nova regra para Consórcios Públicos

No dia 17 de junho, em Brasília (DF), o prefeito de Embu das Artes (SP) e vice-presidente para assuntos de Consórcios Públicos da FNP, Chico Brito, participou de reunião com o secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Antônio Futuro, para falar do Decreto 6017/2007, que regulamenta a Lei dos Consórcios Públicos (11.107/2005), em especial, sobre o artigo 39, que estabelece as exigências aos consórcios públicos para obtenção de recursos da União.

O artigo dispõe que todos os entes consorciados devem estar regulares no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) para obter o consórcio público possa obter recursos da União. O objetivo da proposta da FNP é que uma nova regra condicione a transferência de recursos da União à verificação do atendimento e das exigências legais unicamente dos consórcios públicos e não mais dos municípios associados.

Para Chico Brito, que também é diretor do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), a

mudança da legislação é a principal barreira encontrada para que os consórcios públicos possam ser mais utilizados no país e se consolidem como alternativa real para sanar questões em setores como saneamento, mobilidade urbana, saúde ou temas como desemprego, transporte, moradia, violência urbana, desigualdades sociais, degradação ambiental, que exigem mecanismos de articulação e ações integradas.

Segundo Chico Brito, o MPOG realizou conversa interna com seus técnicos, deu parecer favorável para a mudança e está enviando a consulta ao Ministério da Fazenda. “Se eles também responderem positivamente, a proposta vai para a presidenta Dilma assinar novo decreto. Isso deve acontecer nos próximos meses. Assim, os consórcios poderão elaborar projetos e pleitear recursos diretamente ao governo federal”, destacou.

Outra demanda da FNP de reformulação de uma pergunta sobre consórcios públicos na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, feita pelo IBGE, já foi atendida e o Instituto já está fazendo a pesquisa com a alteração ■

Undime elege nova diretoria



Entre os dias 16 e 19 de junho, a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) promoveu o 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação que discutiu “O papel dos Dirigentes Municipais de Educação na implementação do Sistema Nacional de Educação”, em Mata de São João (BA). Na ocasião, também foi eleito o novo presidente da Undime para os próximos dois anos, o dirigente de Educação em Tabuleiro do Norte (CE), Alessio Costa Lima.

Com 1.687 participantes, o evento discutiu a gestão das políticas educacionais visando à garantia do direi-

to à educação e aprovou a Carta da Undime, que reúne deliberações dos dirigentes congregados à entidade. Entre os destaques do documento: a Regulamentação do Plano Nacional de Educação; Regulamentação do repasse dos recursos dos Royalties; Base Nacional Comum; Lei de Responsabilidade Fiscal e Autonomia da gestão da educação municipal.

O novo presidente falou dos desafios da gestão. “Nós sabemos que o cenário atual é de escassez. A Undime vai assumir um papel de apoiar cada gestor a se organizar da melhor forma possível e trabalhar a Educação, apesar das situações adversas”, afirmou ■

Prefeito da FNP integra Comitê Gestor do Imposto Territorial Rural



Uruguiana é a cidade do g100 que mais arrecada ITR

O prefeito de Uruguiana (RS), Luiz Augusto Schneider, assumiu no dia 24 de junho, em reunião em Brasília (DF), a representação da FNP no Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR). A cidade é, atualmente, o município do g100 (grupo de municípios com alta vulnerabilidade socioeconômica e baixa renda per capita) que mais arrecada o ITR.

“As pessoas que moram nos municípios do interior também demandam educação, saúde e novas oportunidades de formação profissional e é necessário o custeio e o investimento com recursos públicos. Nada mais certo que o gestor busque novas receitas ou consolide as atuais, como é o exemplo do que estamos fazendo nesta discussão com a Receita Federal”, explicou Schneider.

Segundo o prefeito, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é uma receita de muita relevância para os municípios que têm na agropecuária a sua base produtiva. “O domínio do assunto do ITR é fundamental para que possamos

trabalhar de maneira adequada a receita sobre essas atividades. É importante saber que, por meio desse convênio com a Receita Federal, temos o devido acesso à arrecadação e dessa maneira podemos financiar serviços públicos para os municípios”, ressaltou o prefeito.

Em 2014, o governo federal transferiu aproximadamente R\$ 763 milhões aos municípios conveniados com a Receita Federal para a fiscalização e cobrança do ITR. O Valor se refere à cerca de 5900 declarações lançadas pelos municípios. De acordo com a Coordenação Geral de Fiscalização da Receita Federal, há ainda cerca de 52 mil declarações a serem executadas. O valor dessas declarações pode gerar mais de R\$ 3 bilhões aos municípios.

A Instrução Normativa RFB nº 1562, de 29 de abril de 2015, que prevê a obrigatoriedade de o município atestar a competência técnica para a execução do convênio, também foi item de pauta da reunião do CGITR. O destaque ficou por conta do prazo, já que as informações referentes ao ano de 2014 que ainda não tenham

sido informadas à Receita Federal deverão ser prestadas até o último dia útil de julho de 2015.

As questões técnicas e jurídicas relativas à execução do convênio entre os municípios e a Receita Federal será assunto de um curso a distância promovido pela Receita Federal e pela Escola de Administração Fazendária (Esaf). A capacitação, que visa treinar os técnicos para fiscalização e cobrança do ITR, será realizada de 11 de agosto a 19 de outubro. As inscrições serão abertas em 6 de julho.

O CGITR

O Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR) tem por finalidade dispor sobre matérias relativas à opção, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, pela celebração de convênio com a União, para fins de fiscalização, de lançamento, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de que trata o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, bem como competência para administrar a operacionalização da opção ■

Valparaíso de Goiás estimula o empreendedorismo local, com parceria com o governo do estado

Com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico de Valparaíso de Goiás (GO), a prefeita do município e vice-presidente da FNP para assuntos de Vigilância Sanitária, Lucimar Nascimento, firmou, no dia 25 de junho, uma parceria com a Goiás Fomento, para abertura de linhas de créditos de financiamento. O objetivo é que os comerciantes locais possam

ampliar ou abrir um novo negócio, investir no empreendedorismo e gerar emprego e renda para a região. O convênio foi assinado durante o I Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Brasília. Na oportunidade foram debatidas várias propostas como o estímulo ao empreendedorismo, inclusão produtiva e a geração de novos negócios.

Estiveram presentes o deputado estadual, Valcênor Braz, o secretário da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), Itamar Lins, representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Distrito Federal e de Goiás, além de secretários municipais e empresários da cidade ■

Fórum de Mato Grosso do Sul constrói documento de demandas regionais

Infraestrutura, indústria, comércio e políticas de estímulo estadual foram alguns dos temas abordados durante a reunião do Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico do Mato Grosso do Sul. Realizado no dia 23 de junho, em Campo Grande (MS), na sede do Sebrae MS, o encontro rendeu a construção de um documento com as principais demandas de cada região do estado.

Representando o governo do es-

tado, o secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Ricardo Senna, participou da reunião e falou sobre o Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Negócios (Propeq), destacando a importância do apoio aos pequenos negócios para promoção do desenvolvimento econômico. O próximo passo do Fórum é a realização de um encontro com a participação de secretários municipais de desenvolvimento econômico, federações, Sistema S e a Assembleia Legislativa ■

Passo Fundo sedia debate sobre desenvolvimento econômico



Secretários se reuniram para traçar diretrizes para economia local

Cerca de 200 representantes de municípios gaúchos participaram, nos dias 17 e 18 de junho, do I Encontro do Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. Organizado pela FNP e a prefeitura de Passo Fundo (RS), o evento debateu as diretrizes do tema no estado e registrou o apoio a constituição dos Fóruns Regionais.

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Fábio Branco, destacou a importância de os municípios estarem unificados, para a construção de uma agenda de trabalho e pensar nas vocações de cada um. “Dessa maneira, não tenho dúvidas que daremos um salto de qualidade e diferencial”, falou.

Entre as autoridades também estiveram presentes o prefeito de Passo Fundo, Luciano Azevedo; o superintendente do Sebrae do Rio grande do Sul, Derly Fialho; o presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, Igor Alexandre Clemente de Moraes; o presidente

secretário de indústria e comércio de Itapejara (RS), Clóvis de Moura; o presidente da Associação Comercial, Industrial de Serviços e Agronegócios de Passo Fundo (Acisa), Marco Matos; e o secretário de Desenvolvimento Econômico de Passo Fundo e membro da Comissão Executiva Nacional, Carlos Eduardo Lopes da Silva.

Comissão Executiva

Durante o encontro em Passo Fundo, os membros da Comissão Executiva Nacional do Fórum estiveram reunidos para traçar estratégias que serão seguidas pelo grupo nos próximos dois anos. Entre as decisões tomadas, ficou agendada, para o final de agosto, uma reunião para apresentação de um planejamento construído pelas Comissões Executivas Estaduais e Regionais.

Eleita e empossada no III EMDS, a comissão executiva é composta por 20 secretários e dirigentes municipais de desenvolvimento, com mandato de dois anos, correspondente ao biênio 2015-2016 ■



Convênio entre Brasil e Moçambique serve como exemplo de parceria

Cooperação descentralizada promove melhorias na gestão municipal

Omês de junho marcou a conclusão do primeiro projeto de cooperação descentralizada Brasil-Moçambique, criado e coordenado pela FNP, Associação de Municípios de Moçambique (ANAMM) e Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). A cooperação, desenvolvida durante dois anos e meio, promoveu a melhoria da gestão do desenvolvimento local sob a ótica de boa governança, sustentabilidade e participação para a extensão do direito à cidade da população dos países. A iniciativa serve de exemplo para parcerias semelhantes.

Segundo o diretor do departamento de Gestão Urbana da Secretaria

de Gestão Urbana de Guarulhos (SP), Plínio Soares, a cooperação favorece os municípios. “Essa troca de experiências entre os países tem permitido às cidades parceiras conhecer novas alternativas a partir de problemas comuns”, destaca Plínio.

O estímulo do intercâmbio entre as cidades para o fortalecimento das políticas públicas por meio da participação social e o estudo sobre a Função e Compreensão de Instrumentos de Planejamento (Orçamento participativo, Cadastro e Planejamento Urbanos) de Cidades Intermédias Moçambicanas e Brasileiras estão entre os resultados das atividades implementadas pelas

parcerias firmadas entre municípios brasileiros e moçambicanos. Para consolidar as parcerias já criadas e dar continuidade às atividades iniciadas no projeto, a expectativa é que um novo projeto seja implementado.

O projeto de cooperação descentralizada Brasil-Moçambique teve o apoio logístico da Arquitetos Sem Fronteiras - Catalunha (ASF-Cat) e a Cate-dra UNESCO - Rede de Cidades Intermédias (CIMES) da Universidade de Lleida, que responderam também pela interface entre as cidades. O financiamento do projeto ficou a cargo da União Europeia ■

Debate “Desenvolvimento urbano e desigualdades” reúne prefeitos



Desenvolvimento e desigualdade foram temas do MSUR

O prefeito de Belo Horizonte e presidente da FNP, Marcio Lacerda participou, no dia 8 de junho, do 2º Colóquio Sul-Americano sobre Cidades Metropolitanas (MSUR), em São Paulo (SP). Com o tema “Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Socioespaciais”,

o evento também teve a presença do prefeito anfitrião e vice-presidente da FNP, Fernando Haddad, e reuniu governantes locais da América do Sul e do México. O 1º Colóquio foi em abril, na capital do Chile, Santiago e a 3ª edição será nos 13 e 14 de agosto em Quito, no Equador ■

Recife mostra suas ações contra a exploração de crianças e adolescentes

Nos dias 19 e 20 de junho, uma equipe técnica do Projeto de Prevenção a Exploração Sexual no Turismo e Sensibilização dos Turistas durante os Grandes Eventos, estiveram em Recife (PE), com o objetivo de conhecer as experiências da cidade nos temas relacionados à prevenção ao Trabalho Infantil; gerenciamento, atividades e desafios do Comitê Local de Proteção Integral em Mega Eventos; atendimento e acompanhamento sócio-educativo e visita ao Espaço de Proteção em Grandes Eventos. A atividade foi organizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da prefeitura do Recife com o apoio da FNP.

Os secretários e técnicos de 10, das 12 cidades-sedes da Copa, puderam ver de perto a atuação em rede com os parceiros locais e os municípios da área metropolitana de Recife no enfrentamento ao trabalho infantil e em geral na proteção a crianças e adolescentes. Além disso, foi possível conhecer os avanços do modelo de atendimento e acompanhamento sócio-educativo e a sistematização dos dados inerentes a adolescentes infratores cumprindo medidas sócio-educativas, realizada em parceria com a secretaria de

Planejamento e Gestão da cidade.

Recife foi sede da Copa do Mundo de Futebol e apoiou a campanha internacional “Não Desvie o Olhar” de prevenção aos crimes contra crianças e adolescentes e conscientização da sociedade sobre a necessidade de denunciar os abusos.

A campanha foi Coordenada mundialmente pela rede internacional *End Child Prostitution, Child Pornography And Trafficking of Children for Sexual Purposes* (ECPAT), e no Brasil, teve a coordenação da FNP, cofinanciamento da União Europeia e parceria com *Iscos Piemonte* (Instituto Sindical pela Cooperação ao Desenvolvimento, do programa de cooperação internacional descentralizada “100 cidades para 100 projetos Brasil-Itália e do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN/Sesi). ■



BIRD tem novo diretor

No dia 24 de junho, a diretora do Banco Mundial para o Brasil (BIRD), Deborah Wetzel, se despediu de suas funções no país depois de três anos de atividades. Agora ela se dedicará ao cargo de Coordenadora de Operações do Banco para o Oriente Médio e o Norte da África. O novo diretor do Banco Mundial para o Brasil é Martin Raiser.